

PRN quer associar PT com a luta de classes

BRASÍLIA As *Resoluções Políticas* aprovadas no VI Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 16, 17 e 18 de junho, foram submetidas a um processo de dissecação pela assessoria política do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, e serão usadas como exemplo daquilo que, segundo o candidato, não serve ao país. Os assessores estão reunindo ampla munção tanto para os programas do horário gratuito da Justiça Eleitoral como para os debates que vierem a ser organizados pelas redes de televisão.

Collor pretende mostrar que Lula, seu adversário, deseja frear qualquer tipo de "pacto, aliança ou acordo na sociedade, porque isso descaracterizaria a luta de classes", como admite o programa do partido. Os documentos em análise mostram que o PT não está prevendo a implantação do regime socialista já, no governo de Lula, mas sim a preparação do regime socialista, pelo acirramento da luta de classes. O PT reconhece que ainda não há crise de regime, no Brasil, e o socialismo só será possível "na medida em que se instalar uma situação pré-revolucionária ou revolucionária".

Alianças O candidato do PRN prepara-se até para bombardear algumas possíveis alianças de candidatos derrotados com Lula. No mesmo documento político, o PT acusa Leonel Brizola de ter feito acordos com setores do Exército, do empresariado e de partidos da direita. Lembra que Brizola reprimiu greves, combateu o sindicalismo autônomo e tentou desorganizar o movimento popular.

Sobre os *tucanos* de Mário Covas, o PT diz que o partido não tem enraizamento nacional e apresentou um candidato sem perfil definido. Quanto a Ulysses Guimarães, o programa petista o identifica

como "o governo Sarney, um representante da continuidade da transição conservadora e principal artífice da Nova República".

Fernando Collor deverá apontar, ainda, com base no programa de governo do PT, que Lula pretende incrementar o movimento reivindicatório. Uma das contradições do PT, já anotadas, é a de optar pela estatização ao mesmo tempo em que condena "o gigantismo do aparelho estatal". O partido dos trabalhadores alega esse crescimento do Estado para justificar a inviabilidade de saneamento rápido da máquina burocrática.

Constituição O trabalho realizado por 559 constituintes, em 1988, será uma das peças de campanha do candidato Collor no enfrentamento com Lula. Para o PT, a nova Constituição deve ser totalmente reformulada para que seja possível fazer o governo socialista pretendido pelo partido. Sublinhando trechos das *Resoluções Políticas*, o candidato do PRN acusará o adversário de ter um programa de governo inviável, uma vez que o próprio documento do partido admite dificuldades insuperáveis se não houver uma reforma constitucional.

O PT quer fazer reformas amplas na Constituição em vigor para mudar, do sistema de representação parlamentar no Congresso ao papel atribuído às Forças Armadas. Uma das principais mudanças constitucionais previstas no programa de Lula tem a finalidade de permitir a reforma agrária em terras produtivas. No mesmo documento analisado pela equipe de Collor, o PT faz uma autocrítica de sua administração nas prefeituras, afirmando: "Estamos aquém da expectativa que a sociedade depositou nos governos petistas. Carecemos de um projeto político-administrativo mais definido" Isto será peça da campanha de Collor.